



Recessão e diálogo social no sector bancário: uma perspectiva europeia

Resumo executivo

Introdução

O sistema bancário global está no fulcro da maior crise económica pelo menos dos últimos 70 anos. A crise afectou fortemente um sector que já tinha registado alterações importantes nos últimos 30 anos. Mudanças de ordem estrutural na economia global, provocadas por processos de globalização e pelo desenvolvimento tecnológico, transformaram o sistema bancário à escala internacional. Para além destes desenvolvimentos à escala global, o sistema bancário europeu teve de enfrentar os desafios provocados pelo processo de integração europeia e pela criação do Mercado Único Europeu. Os bancos europeus adaptaram as suas estratégias para poderem fazer concorrência num mercado mais alargado; foram submetidos a importantes processos de fusão e aquisição, diversificaram os seus produtos e tiraram partido dos desenvolvimentos tecnológicos. A evolução do sector bancário conduziu a tendências contrastantes na sua dinâmica de emprego por toda a Europa. O emprego cresceu em média 6,5% entre 2004 e 2008. Contudo, apesar de os níveis de emprego terem aumentado significativamente numa série de novos Estados-Membros (designadamente na Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia e Roménia), outros países registaram quebras nos postos de trabalho em instituições de crédito, tendo, por exemplo, o sector bancário na Alemanha perdido mais de 26.000 funcionários durante aquele período. Desde 2008, as consequências da crise económica para os sectores bancários dos países europeus têm sido variadas.

Contexto político

Apesar do diferente impacto que a crise teve nos nove Estados-Membros da UE analisados no presente relatório (Estónia, França, Alemanha, Hungria, Itália, Países Baixos, Espanha, Suécia e Reino Unido), as medidas adoptadas pelos governos de cada país têm sido bastante semelhantes. Todos os governos procuraram aumentar a confiança dos consumidores e dos investidores, bem como assegurar a liquidez através de fundos de garantia

ou da disponibilização de crédito a preço acessível para os bancos. Nos países mais afectados, como a Hungria e o Reino Unido, e para alguns bancos dos Países Baixos, os governos intervieram com esquemas de resgate através dos quais o Estado assumiu o controlo total ou parcial dos bancos.

Nos próximos anos, é previsível que as principais tendências de índole estrutural desenvolvidas ao longo das duas últimas décadas se mantenham, nomeadamente no que diz respeito a novas fusões e aquisições, processos de reestruturação em economias avançadas e expansão na Europa de Leste. Mas de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), após o colapso da Lehman Brothers e a crise financeira que se lhe seguiu, a mais recente volatilidade do mercado das obrigações soberanas veio expor com maior clareza as insuficiências do sector bancário europeu. Nomeadamente na Zona Euro, as disponibilidades dos bancos em títulos de dívida pública estão intimamente ligadas à percepção dos riscos do sector da dívida soberana e financeiro, limitando o acesso ao crédito interbancário a algumas instituições. Estes factores agravam os receios de uma contracção do crédito. Os testes de esforço levados a cabo em diversos bancos europeus dão indicações para possíveis intervenções e, de acordo como FMI e o Fórum Bancário Europeu (FBE), o próximo passo de reforço do sector consiste na reestruturação e capitalização dos bancos em situação de vulnerabilidade e na recuperação da confiança em todo o sistema.

Principais conclusões

Os sectores bancários na Hungria e no Reino Unido parecem ter sido especialmente afectados pela crise em termos de rentabilidade e emprego. O impacto foi moderado na maioria dos países analisados. Na Estónia, França, Alemanha, Países Baixos e Suécia, o impacto da crise variou consoante as

características de cada banco. Nestes países, apenas alguns bancos registaram uma quebra ao nível dos lucros, da qualidade da carteira e do emprego, ao passo que outros não foram afectados de forma significativa. Na Suécia, houve uma desaceleração acentuada da economia, que conduziu a uma recessão, tendo contudo sido registadas perdas graves com empréstimos em países estrangeiros onde os bancos suecos operavam. O Swedbank e o SEB foram os bancos mais expostos aos Estados Bálticos, que foram fortemente afectados pela desaceleração da economia. Em Itália e Espanha, o impacto da crise financeira no sector bancário foi praticamente inexistente.

O diálogo sectorial e empresarial revelou-se útil na resolução das dificuldades provocadas pela crise nas relações entre sindicatos e empregadores. As alterações foram, em larga medida, resolvidas através da negociação colectiva, quer a nível sectorial, quer a nível das empresas. As principais questões resolvidas incluíram medidas destinadas a salvaguardar os postos de trabalho, o impacto dos processos de reestruturação no emprego e a redução dos custos do trabalho. Na maioria dos casos, as estratégias das chefias para reduzir custos implicaram uma intensificação do trabalho e uma redução da remuneração. Estas tendências contribuíram para alterar as características tradicionais do sector, ou seja, boa remuneração, boas condições de trabalho e de emprego.

Apesar de a negociação colectiva se ter tornado mais difícil, demonstrou ser um factor importante na regulação dos impactos sociais da crise. Em alguns casos, também foi possível trazer inovação às negociações, conforme indicado no estudo sobre a Alemanha, onde a necessidade de regulação de diferentes aspectos da venda de produtos e de aconselhamento dos clientes foi introduzida, pelo menos indirectamente, como uma questão na negociação colectiva do sector. Os sistemas de negociação colectiva caracterizados pela coordenação entre os níveis sectorial e descentralizado (conforme observados em França, Itália, Espanha e Suécia e, em certa medida, na Alemanha e nos Países Baixos) parecem constituir um modelo relativamente eficaz.

Relações laborais

Em geral, a crise não teve quaisquer efeitos qualitativos nas relações laborais, uma vez que a sua estrutura e os seus mecanismos permaneceram essencialmente inalterados. O diálogo sectorial e empresarial revelou-se útil na resolução das dificuldades provocadas pela crise. É interessante registar que, no caso da Hungria e do Reino Unido, as relações laborais ao nível das empresas assumiram

maior importância nos últimos anos.

Os diferentes sistemas nacionais foram afectados pelo aumento da concorrência entre sindicatos. A escassez de recursos e o reduzido espaço de manobra conduziram, em especial no que diz respeito aos sindicatos, a respostas diferentes. Um dos resultados está em que os acordos são assinados apenas por alguns sindicatos e, possivelmente, por sindicatos que representam apenas uma minoria dos trabalhadores. Estes casos de acordos separados denotam falta de regulação na avaliação da representatividade dos intervenientes envolvidos na negociação colectiva.

Outra tendência importante nas relações laborais ao nível das empresas é o processo de centralização. O objectivo subjacente da centralização nas relações laborais é a poupança de tempo e custos, aumentando deste modo a eficiência. Estes objectivos podem, contudo, entrar em conflito com as formas estabelecidas de democracia sindical e laboral. Assim, as secções locais dos sindicatos queixam-se de que os representantes ao nível das fábricas estão a ser excluídos de forma crescente dos procedimentos de informação e de consulta.

As relações laborais ao nível europeu não parecem ter desempenhado um papel significativo na resolução das consequências da crise, quer ao nível sectorial, quer ao nível das empresas. Um dos principais desafios que se coloca ao futuro das relações laborais é a necessidade de uma regulação mais eficaz dos processos de reestruturação ao nível europeu. Uma vez que está prevista a continuação dos processos de reestruturação, especialmente nos grandes grupos bancários, há que aprofundar os procedimentos de informação e de consulta ao nível europeu.

Contudo, o verdadeiro desafio consistirá na criação e na aplicação de estratégias pró-activas em antecipação das mudanças. Neste contexto, os acordos-quadro transnacionais poderão constituir uma ferramenta útil. Num momento em que os grandes bancos seguem estratégias internacionais em matéria de recursos humanos e gestão, é possível que haja um número crescente de empresas interessadas no estabelecimento de estruturas de diálogo transnacionais para dinamizar a introdução de políticas internacionais, por exemplo, nos domínios da gestão da diversidade, desenvolvimento de competências e avaliação de desempenho.

Informações adicionais

O relatório *Recessão e diálogo social no sector bancário: uma perspectiva europeia* está disponível em <http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef1161.htm>

Para obter informações adicionais, consultar o Sr. Carlos Vacas Soriano, Research Officer (Sector de Estudos), cva@eurofound.europa.eu